



RELATÓRIO DA 1ª AIRN - "O Gritar por escrito"

CC

A I AIRN – ASSEMBLÉIA INDÍGENA NO RIO GRANDE DO NORTE – foi realizada no período de 11 a 14 de dezembro de 2009 no Bello Mare Hotel-Ponta Negra sob o patrocínio da FUNAI e organizada pelo Grupo Paraupaba, FUNAI de João Pessoa-PB, APOINME, movimento indígena da Paraíba e parceiros do Poder Público e sociedade civil.

A 1ª assembleia indígena no RN teve como objetivo discutir a questão indígena no estado do RN, a partir dos próprios atores interessados - as comunidades indígenas que estiveram representadas por seus delegados escolhidos em assembleias locais realizadas pelo Grupo Paraupaba. Também foram feitas reuniões na sede da FUNAI em João Pessoa-PB do Grupo Paraupaba, representantes das comunidades e a FUNAI para organização da I AIRN.

Estiveram presentes na I AIRN as delegações das comunidades: Eleotério - Canguaretama e de Goianinha; Comunidade dos Mendonça do Amarelão em João Câmara - RN; comunidade dos Caboclos de Açú-RN e comunidade de Sagi-RN.

As cinco comunidades reuniram-se em assembleia com seus parentes indígenas da Paraíba e da APOINME para discutirem a questão indígena no estado do Rio Grande do Norte com as autoridades aqui representadas, na medida em que propuseram no decorrer das discussões das mesas e dos GTs, encaminhamentos e moções no sentido de buscarem respostas e soluções para seus problemas.

Cronograma da AIRN:

Dia 11 – sexta-feira – chegada dos delegados indígenas ao Hotel *Bello Mare* na Praia de Ponta Negra. As comunidades não contaram com o apoio das prefeituras locais para os traslados, com exceção dos Eleotério do Catu e de Goianinha, além da comunidade dos Caboclos de Açú, que teve parcialmente apoio na garantia de deslocamento até o local do evento, em que foi garantida apenas a vinda, ficando ao encargo da FUNAI seu retorno. Por sua vez, a comunidade de Sagi também se deslocou até local do evento com o apoio de Luciano Falcão, assessor jurídico do Grupo Paraupaba – MCC/UFRN e para a volta contou com a FUNAI. No entanto, não houve representação dos gestores locais na AIRN, embora tenha sido solicitado por ofício, e-mail e convite por telefone pelo Grupo Paraupaba.

I AIRN-2009

À noite, o administrador regional da FUNAI de João Pessoa, Sr. Petrônio Machado Cavalcanti Filho, deu as boas-vindas aos delegados indígenas, tanto do RN como da Paraíba. 

Lista dos delegados do RN e da Paraíba:

Names dos delegados INDÍGENAS DO RN COM HOSPEDAGENS COMPLETAS NO BELO MARE HOTEL:

DELEGADOS DA COMUNIDADE POTIGUARA DE SAGI – BAÍA FORMOSA-RN:

1. Osmar Jerônimo RG: 2211710 – SSP CPF N°068.287.614 - 30
2. Manoel Leôncio do Nascimento RG: 1226294- SSP CPF N°736.341.824-15
3. Antônio Nascimento Filho RG: 1748919 - SSP CPF N°O12.747.264-92
4. Gilvan dos Santos RG: 300697132 - SSP CPF N°097.923.968 - 02
5. Cacilda Maria Pessoa Jerônimo RG: 001566141 –SSP CPF N°596.863.674-20
6. Temistóclis Inacio da Silva RG: 991528-SSP CPF N°396.302.004-06
7. José Carlos Leôncio do Nascimento. RG n° 234.349 CPF n° 406.103.064-72
8. Uilton do Nascimento RG n° 002.978.306 CPF n° 088.241.114-40

Comunidade dos MENDONÇAS:

AMARELAO:

- 1-Francisca Batista de Melo (Chiquinha)
RG.646.059 CPF:498.194.534-53
- 2-Tayse Michelle Campos da Silva (Tayse)
RG.002.017.943 CPF:053.501.324-82
- 3-Adailton Barbosa do Nascimento
RG.002.714.316 CPF:perdeu
- 4-Rozania Barbosa do Nascimento
RG.002.714.319 CPF:095.623.424-09
- 5- Maria Ivoneide Campos da Silva –RG. N° 11.698- 63 –SSP CPF:695450304-53

ASSENTAMENTO SANTA TEREZINHA:

- 6-Claudiane Pedro do Nascimento
RG.002.588.108 CPF:092.131.054-44
- 7-José Raimundo da Silva (Pequinho)
RG.726.185 CPF:229.618.874-53

SERROTE DE SÃO BENTO:

- 8-José Batista Moreira (professor Zezinho)
RG.121.965 CPF:131.102.594-68

DELEGADOS DE AÇU- CABOCLOS :

I AIRN-2009

1. Antônio Luís _____
2. Antônio Luís Lopes - RG nº 713.172 ; CPF nº 405.798.324 - 49



DELEGADOS DE CATU – ELEOTÉRIOS:

1. Valda Maria Arcanjo da Silva – RG nº735.436; CPF nº422972224-91
2. José Luís Soares – RG nº 1330015; CPF nº 029.861.564-95
3. Nataniel Raimundo da Silva - RG nº1330-015; CPF nº 068.128654-78
4. Vangerlânia da Costa Araújo – RG nº 2964521 ; CPF nº081447434-92
5. Manoel Wellington Soares - RG nº 155.957 CPF nº966.711.064.87
6. João Benedito da Silva - RG nº 582922 ; CPF nº315628764-49
7. Joaquim Simão Ribeiro - RG nº 505.895; CPF nº 261976264-20
8. Vandregécilio da Costa Araújo da Silva - RG nº451018; CPF nº 230183134-53

Delegados indígenas da Paraíba com hospedagens completa no Bello Mare Hotel:

Marcos Potiguara, Cal, Cacique Caboquinho Potiguara, Creginaldo, Pajé Fátima, _____.

Dia 12 – sábado – Após a abertura com a “pajelança” e as boas-vindas da pajé Fátima da Baía da Traição – PB foi dado o início à abertura do evento e às Mesas de discussões:

Mesa de Discussão I – *Identidade étnica e organização*

Componentes da Mesa I :

Coordenador da Mesa I – **Petrônio M. Cavalcante Filho** - FUNAI

- 1- Prof. Dr. **José Augusto Laranjeira Sampaio** – “Guga” – Antropólogo– UNEB E ANAÍ-BA -
- 2- Prof. Dr. **Edmundo Pereira** – Antropólogo - Museu Nacional – UFRJ e UFRN -
- 3- Ms. **Jussara Galhardo Aguirres Guerra** – Antropóloga –UFPE; Museu Câmara Cascudo - UFRN e Grupo Paraupaba - levantou aspectos relacionados à identidade indígena, história oral das comunidades e apresentou o objeto de seu trabalho de dissertação de mestrado que se refere aos Mendonça do Amarelão - João Câmara. Chamou atenção do orgulho em ser indígenas e a necessidade de organizarem-se.
- 4- Ms. **Gustavo Hamilton Menezes** – FUNAI-DF – Antropólogo – UNB –
- 5- **Táise Michelle Campos da Silva** – indígena Potiguara do Amarelão - João Câmara – RN – artesã e coordenadora do grupo *Motyrum – Caaçu* –
- 6- **Luiz Soares** - indígena Potiguara dos Eleotério - Goianinha e Canguaretama –RN – professor comunitário.

Mesa de Discussão II – *Território e meio Ambiente*

Componentes da Mesa II:

I AIRN-2009

Coordenador da Mesa II – **Petrônio M. Cavalcante Filho** – FUNAI

- 1- Prof. Dr. **José Augusto Laranjeira Sampaio** – “Guga” – Antropólogo– UNEB E ANAÍ-BA –
- 2- Ms. **Gustavo Hamilton Menezes** – FUNAI-DF – Antropólogo – UNB –
- 3- **Táise Michelle Campos da Silva** – indígena Potiguara do Amarelão - João Câmara – RN – artesã e coordenadora do grupo *Motyrum* – *Caaçu* –
- 4- **Luiz Soares** - indígena Potiguara dos Eleotério - Goianinha e Canguaretama –RN – professor comunitário.

Mesa de Discussão I I I – *Saúde Indígena*

Componentes da Mesa III :

Coordenador da Mesa II I– **Petrônio M. Cavalcante Filho** – FUNAI –

Foi convidado o Coordenador Geral da FUNASA e ninguém compareceu dessa instituição.

- 1- **Iranildo Cassiano Gomes** - APOINME
- 2- Ms. **Gustavo Hamilton Menezes** – FUNAI-DF – Antropólogo – UNB –
- 3- **Luiz Soares** - indígena Potiguara dos Eleotério - Goianinha e Canguaretama –RN – professor comunitário.
- 4- **Wando** - indígena Potiguara dos Eleotério - Goianinha e Canguaretama –RN .
- 5- **Fernanda** _____ - FUNAI-DF –
- 6- **Cacique Potiguara Caboquinho** – APOINME-PB

Mesa de Discussão I V – *Etno-Desenvolvimento e Direitos Sociais*

Componentes da Mesa IV:

Coordenador da Mesa IV – **Petrônio M. Cavalcante Filho** – FUNAI- Lamentou a ausência do CONSEA – Ailton Schröder e do MDA – Hugo Manso, mas falou que é importante manter o contato. Também salientou a importância de todas as comunidades participarem das discussões do “Território da Cidadania”. Informou que já solicitou uma caminhonete zero quilômetro para o RN e que pediu a criação de 4 escolas de educação diferenciada aqui no estado do RN.

- 1- Prof. Dr. **José Augusto Laranjeiras** - “Guga” -
- 2- **Táise Michelle**
- 3- **Luiz Soares**
- 4-

Dia 13 de dezembro (domingo):

Mesa de Discussão V – Educação indígena e a Lei 11.645/08

Coordenadora da Mesa V – **Jussara Galhardo A. Guerra**

Componentes da Mesa V:

- 1- **Thiago Garcia** - Antropólogo do MEC – falou da importância da Lei 11.645/08 nas escolas para não-indígenas e que não se deve confundir a Lei 11 mil com a Educação Escolar Indígena, que é bem mais específica e aplicada nos aldeamentos. Falou da necessidade de serem realizadas oficinas aqui no RN e que ele estará disponível para realização desse trabalho. Também deixou claro que a lei que está agora em validade para a divulgação da diversidade em sala de aula é a Lei 11.645/08. Também informou que não se deve confundir a Lei com a legislação da Educação Escolar Indígena, visto que a Lei 11.645/08 é para o ensino das escolas dos alunos não-indígenas.
- 2- **Ms. Gustavo Hamilton Menezes** – FUNAI-DF – Antropólogo – UNB –
- 3- **José Augusto Laranjeiras – Guga** – Antropólogo da UNEB e da ANAÍ – Prof. Guga falou da necessidade de se fazer um diagnóstico das escolas indígenas no RN e esclareceu que de acordo com a Resolução nº03 a responsabilidade pelas escolas indígenas cabe ao estado. Falou que deve ser dado encaminhamento pelo GT Educação da AIRN a criação de um setor específico – Coordenação Escolar Indígena na SEEC. Também falou da necessidade de serem encaminhadas pelo GT Educação, a realização de oficinas, eventos, bem como a requisição de vagas para ensino superior.
- 4- **Luiz Soares** - indígena Potiguar dos Eleotério - Goianinha e Canguaretama –RN – professor comunitário. Ele falou dos projetos indígenas, com o de língua Tupi, a dança do Toré, etc. Chamou atenção para o trabalho de monografia de Nataniel do Catu que fala sobre a comunidade dos Eleotério do Catu: “_____”. Comentou sobre emprego do verbo no passado quando se fala do índio na história do RN. Ele afirmou que é preciso enviar projeto de Educação Indígena e elaborar uma nota de repúdio com relação à falta de interesse e compromisso dos gestores - secretarias de educação, prefeituras, etc.
- 5- **Maria Ivoneide Campos da Silva** – falou da falta de compromisso dos professores nas comunidades – professores de fora da comunidade que não sabem nada da realidade local. Falou também do preconceito dos gestores do município que inclusive, durante o período da Feira de Cultura não convidam os Mendonça por não verem como eles possam colaborar, pois afirmam que “os Mendonça não sabem o que é cultura” – afirmou Ivoneide. Falou das escolas que estão deterioradas, com grande risco de roubo. Reclamou que PTDE são recursos que estão sob a administração da Prefeitura e não das escolas locais, como ela diz que deveria ser.
- 6- **Maria Gorete Pereira Nunes** – Pedagoga da SEEC-RN – representando a SEEC – Falou da dificuldade do conhecimento da Lei 11.645/08 no estado do RN.

I AIRN-2009

Exemplificou o seu trabalho em Goianinha na aplicação da Lei 11 mil. E salientou a necessidade de realização de oficinas para os professores do estado e municípios.

7- **Claudecir da Silva Braz** – Cal – Representante da OPIP-PB- falou que são 120 professores indígenas na Paraíba em arte e cultura e etnohistória.

Falou no apoio necessário da SEEC-RN, Governo do Estado e da Organização dos Professores Indígenas Potiguara - OPIP da qual ela faz parte.

8- **Deputado Mineiro** - PT - foi convidado para participar da Mesa de Discussões o Deputado Estadual Fernando Mineiro –PT que falou para os indígenas sobre a necessidade de se organizarem mais e participarem ativamente das discussões políticas do movimento indígena.

Houve também a participação especial de Profa. Ednaide Rêgo- coordenadora da COGEC-SEEC que expôs a vontade de colaborar com a questão indígena do RN, oferecendo apoio da SEEC.

Debates:

Foram inscritos: Creginaldo que falou sobre a necessidade de “gritar por escrito”. Falou também da necessidade da construção da Educação Escolar Indígena e exigir do estado essa oficialização. E seguida falaram: Valda, Taíse, Chiquinha, Antônio Luís Lopes que falou pela comunidade dos caboclos : “(...)somos mesmo índios” e foi aplaudido por todos os presentes. Os demais expuseram na sua fala a necessidade auto-afirmação étnica indígena, por meio da auto-declaração, da educação diferenciada, da memória etc..

Resultados Grupos de trabalhos:

No domingo a partir das 14 horas iniciaram os trabalhos dos três GTS:

1- GT -1 - Território e etnodesenvolvimento

Para os GTs foram utilizadas como orientação nos trabalhos as atas das reuniões PRÊ-AIRN realizadas nas comunidades pelo Grupo Paraupaba. Nessas prévias foram ouvidas as demandas e apontadas as soluções e encaminhamentos das comunidades indígenas envolvidas. Também na ocasião das prévias foram eleitos os delegados para a AIRN.



- Apresentação dos participantes:
- Guga - ANAI
- David - Santuário Ecológico de Pipa
- Manoel Serafim - Catu
- Maria da Paz - CODEM
- Tayse - Amarelão
- João Benedito - Catu
- Antonio Luiz - Açú
- Antonio Lopes - Açú
- Manoel Leôncio - Sagi
- Temisto - Sagi
- Adailton - Amarelão
- Gilvan - Sagi
- Nátaly - Paraupaba
- Dennys - Paraupaba
- Josenice - Catu
- Feleciano Serafim - Catu

- **Os Mendonça do Amarelão** trata-se de uma família extensa formada pelas comunidades do Amarelão, Santa Terezinha e Serrote de São Bento e Amarelão Novo (Cidade Praia Bairro em São Gonçalo do Amarante, comunidade indígena do Amarelão em território urbano). Há, aproximadamente, 200 famílias no amarelão, 60 no serrote de São Bento e na Sta Terezinha 80 famílias de assentados, mas chegam a 190.

Problemas:

- As terras são insuficientes, não há espaços para o plantio e nem para agricultura de subsistência. Pois, com as grilagem e compras de terras que eram do Amarelão, não se tem mais terra para plantar. Muitos trabalhadores vão para latifúndios, grandes propriedades, que ilham a comunidade e que pertenciam ao amarelão.
- Não tem água encanada, atualmente há cisternas do P1MC (programa um milhão de cisternas rurais) executado pela ONG AACC (Associação de Apoio à Comunidades do Campo). Mas ainda há carência na comunidade. A água nem é encanada e nem é tratada, porém há canos que passam ao redor para levam água a outras comunidades.

I AIRN-2009

- O potencial da comunidade é o beneficiamento da castanha de caju, mas hoje ela trás muitos problemas, como na educação e contribui para a evasão escolar. A sua "queima", ou a torragem produz fumaça que prejudica a saúde das crianças e adultos. Uma pesquisa pela Bandeira Científica da USP fez um estudo da poluição no Amarelão e verificou que a poluição no Amarelão causada pela fumaça da castanha é três vezes maior que principal avenida de São Paulo. Não há terra para plantar o caju, dependemos de atravessadores. São, aproximadamente, 10 atravessadores.
- O lixo se acumula por todos os lados, sem tratamento. O gado solto do assentamento Santa Terezinha impede até que se faça uma rearborização no Amarelão.

Soluções:

- A comunidade está em processo de organização e articulação. Participamos de todos os espaços possíveis e sempre nos articulamos para repassar para a comunidade.
- Demarcação territorial, independentemente das outras ações que já são possíveis sem esse recurso.
- Realização de projetos de infra-estrutura para o plantio de árvores (arborização) como fruteiras e o cajueiro entre outras.
- Reciclagem do lixo através de projetos; oficinas com reciclagens de sacolas plásticas; de garrafas de refrigerantes, etc. A EMATER e o Sindicato poderão acionar uma fiscalização e implementar projetos de rearborização com plantações de árvores frutíferas, hortas, farmácia verde, etc...
- Estamos tentando implantar uma cooperativa com recursos para o beneficiamento industrial da castanha. Parcerias com órgãos que possam implementar projetos nessa área com equipamentos, maquinários para a produção da castanha, sem poluição da fumaça do processo. Ao mesmo tempo se realizar palestras e treinamentos numa perspectiva de melhor qualidade de trabalho, maior rendimento e linha de comércio em torno da produção da castanha.

Eleotério do Catu:

Problemas:

- Ilhados pelos canaviais e faltam espaços territoriais para a comunidade
- Não têm sustentabilidade na pouca terra que lhes restam. Isso porque a usina proíbe de tirar frutas da mata, além de que os agrotóxicos são uma ameaça constante na comunidade.
- Há poluição por agrotóxico nas plantações de mandioca e outras plantações. Poluição na água, no solo, na comida.
- Casos de mortes ocorridas por causa de agrotóxicos: Chico Paulo faleceu em 2007, vítima de envenenamento por agrotóxico. Ele trabalhou na usina por algum tempo e tornou-se vítima por envenenamento. Outro exemplo: uma senhora está com seqüelas nas articulações. Já não anda mais. Foi aposentada pelo INSS.

Soluções:

- Demarcação territorial e recuo da usina
- Manejo sustentável da terra
- Programa de sustentabilidade e inspeção do Ministério da Saúde e do Trabalho na região;
Exames do solo e da água da comunidade pela Secretaria de Saúde Pública;
Assistência às famílias atingidas pelos envenenamentos em virtude de estarem trabalhando com agrotóxicos.
Oportunidade de renda e trabalho digno

Caboclos do Açu:

Problemas:

- Foram meeiros, hoje vivem da pesca, da aposentadoria ou trabalham fora. Os donos das terras não nos querem mais como meeiros. Eles não possuem terras para sua sobrevivência, e não é possível sobreviver da pesca
A água é um problema sério – é salobra a que vem do poço do Riacho- vem em dias alternados. Não serve para beber, apenas para limpeza. É encanada, mas para beber só a que está nas cisternas . Há 20 cisternas do programa “Um Milhão de cisternas”. É a única fonte potável quando estão cheias.

Soluções:

- Demarcação de Terra e meios sustentáveis de trabalhar e viver em terra própria.
- Melhorar o abastecimento de água na comunidade e projetos de irrigação. Arborização e outros projetos para sustentabilidade.
- Acionar a FUNASA e governo municipal para construir casas para famílias que estão em casas de taipa.

Comunidade de Sagi:

Problemas:

- A comunidade de Sagi está com parte de seu território ameaçado pelo Senhor Waldemir Bezerra, proprietário da Bezerra Imóveis, que move ação de reintegração de posse, em tramitação na comarca de Canguaretama. A comunidade de Sagi vive naquela localidade há mais de 140 anos e vem sofrendo agressões sérias por parte de atitudes autoritárias comandadas por policiais contra a comunidade. Uma pessoa da comunidade informou que foi vítima dessas agressões quando os policiais derrubaram sua casa, plantios, sua roça e outros beneficiamentos feitos por ele, causando-lhe prejuízos enormes.
O cemitério, por sua vez, que tem enterramentos há mais de cem anos também está

sendo violado. A comunidade Potiguar de Sagi não admite perder o lugar onde repousam seus mortos para a especulação imobiliária. A comunidade não aceita que o cemitério de Sagi mude de lugar, conforme foi feita tentativa de negociação pelo especulador.

O Rio Sagi foi prejudicado por causa da construção inadequada de uma ponte, criando uma lajem, barreira no curso do rio que impede de se pegar peixes, caranguejos, camarões, etc.

- O lixo está perto do rio

Soluções:

- Quanto à questão territorial e a preservação do patrimônio cultural, memória e história da comunidade reivindica-se que a FUNAI e o Ministério Público Federal devem ser acionados para a luta da terra e que intervenham a favor da comunidade, acionando seus direitos coletivos.

Para as questões relacionadas à água, saneamento básico, reciclagem do lixo e do rio Sagi deverão ser acionados os órgãos públicos. Como a EMATER, SETHAS e IBAMA. A questão do Rio também deve ser encaminhada ao Ministério Público e Coordenadorias de Defesa do Meio Ambiente.

O avanço do mar e as conseqüências danosas que vem trazendo à população local é matéria de preocupação da considerando que há famílias em risco de vida com suas casas desabando aos poucos. Acionar o Ministério das cidades, para construir casas para famílias que estão com suas moradias em risco ou que desabaram e para as casas de taipa a FUNASA e governo municipal.

- Transformar A Associação dos Moradores e Amigos da Praia de Sagi – AMA SAGI na Associação dos Potiguaras de Sagi. A articulação com o movimento indígena do RN e o apoio do movimento indígena da Paraíba, APOINME e da FUNAI de João Pessoa, que está ocorrendo é importante para o fortalecimento da comunidade.

- **Solução Geral:** Documento para a FUNAI iniciar o processo de regularização fundiária de terras indígenas do RN

Gt 2 – Saúde -

Coordenador: Vando (Catu)

Relatora: Nicole Bernardi

Demais integrantes:

Nataniel (Catu) - Relator

José Amaro (Sagi)

Cacilda (Sagi)

Claudiane (Amarelão)

Rozania (Amarelão)

I AIRN-2009

Irenildo (Potiguara-PB)
Andréia (Paraíba)

11

Membros do GT para compor a comissão de acompanhamento dos encaminhamentos:
Rozania -Amarelão
Vando - Catu

Problemas:

Faltam :

Médicos e outros profissionais capacitados (na área de saúde);

Tratamento odontológico completo;

Ambulância;

PSF estruturado

Programas de saúde

Saneamento básico;

coleta de lixo;

Acesso permanente e regular a alimentação adequada causando deficiências nutricionais;

atendimento de emergência;

Medicamentos

Problemas de Saúde:

Exclusão no atendimento hospitalar;

Problemas respiratórios em função do beneficiamento da castanha (Amarelão);

Poluição dos rios (Agrotóxicos);

Soluções:

Criação do Distrito Sanitário Especial Indígena dos povos indígenas do RN;

Inserir o atendimento de saúde das populações indígenas, momentaneamente, no distrito potiguara, com representação das comunidades dos indígenas do RN no conselho distrital, com contratação de equipe multidisciplinar indígena para as comunidades e aquisição de equipamentos para os postos já existentes;

Aquisição de transporte de apoio, ambulância e medicamentos;

Viabilizar, junto as comunidades indígenas, a coleta de lixo;

Garantir, junto as secretarias de saúde municipal e estadual, cotas de consultas e exames especializados nos atendimentos de média e alta complexidade

Implementação de saneamento básico;

Inserção de educação em saúde e saúde ambiental nas escolas das comunidades indígenas do RN.

GT 3 – EDUCAÇÃO

Coordenador: José Luis Potiguara

Relator: Gustavo Menezes

Demais membros: Francinaldo Oliveira, José Carlos do Nascimento, Creginaldo da Silva, Vangerlânia Arcanjo, Valda Maria da Silva, Luíza Ferreira de Melo, Francisca de Melo, Antônio Filho, Osmar Jerônimo, Maria Ivoneide da Silva, Ednaide Rêgo, Maria Gorete Pereira, Thiago Garcia.

Instrumentos Jurídicos:

- LDB – Lei 9.394, de 20.12.1996
- Plano Nacional de Educação – Lei 10.172, de 09.01.2001
- Diretrizes curriculares nacionais para a formação de docentes – Resolução CEB nº 02, de 19.04.1998
- Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental – Resolução CEB nº 02, de 07.04.1998
- Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio – Resolução CEB nº 03, de 26.06.1998
- Educação Escolar Indígena no Governo Federal – Decreto nº 26, de 04.02.1991
- Portaria sobre educação escolar indígena – Portaria Interministerial MJ/MEC nº 559, de 16.04.1991
- Diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas – Resolução CEB nº 3, de 14.12.1999
- Critérios para o repasse de recursos financeiros à conta do PNAE – Resolução FNDE/CD nº 045, de 31.10.2003
- Lei 11.645 de 2008
- Convenção 169 da OIT

Mapeamento da situação:

Nome da Comunidade	Município	População	Nome e tipo da Escola	Número de professores	Número de alunos	Séries oferecidas
Mendonça do	João Câmara	2000	Escola Municipal	7	159	Do ensino infantil ao 5º

I AIRN-2009

Amarelão			Professora Alice Soares			ano do ensino fundamental
Eleotério do Catú	Canguaretama	1300	Escola Municipal João Lino da Silva e Escola Municipal Alfredo Lima	10 e 7	65 e 98	Do ensino infantil ao 5º ano do ensino fundamental (Na primeira há EJA, 1º e 2º nível, e ensino integral)
Caboclos de Açú	Açú	150	Não há escola			
Comunidade de Bangüê	Açú	150				
Comunidade de Sagi	Baía Formosa	600	Escola Municipal Doutor Manuel Francisco de Melo			

Problemas gerais detectados:

- Falta reconhecimento, por parte dos gestores locais, de que as escolas são indígenas
- Falta do ensino fundamental (principalmente do 2º segmento) e do ensino médio
- Falta o ensino de jovens e adultos
- Falta educação infantil
- Falta qualidade ao ensino
- A estrutura física é ruim e precária
- O acesso à escola é difícil
- O transporte escolar é precário ou inexistente
- Falta formação inicial e continuada de professores
- Falta material didático geral e específico
- Não há um Projeto Político Pedagógico compatível
- Falta merenda de qualidade e quantidade adequadas
- Falta apoio pedagógico aos professores

I AIRN-2009

- Faltam conhecimento e divulgação nas comunidades sobre os direitos e a legislação
- Falta de programas de correção de fluxos e níveis de escolaridade
- Falta formação para os monitores dos programas sociais

Soluções propostas:

- Reconhecer imediatamente as escolas como "indígena"
- Discutir se as escolas devem continuar como municipais ou passar a ser estaduais
- Garantir a formação e contratação dos professores da comunidade para atuar na comunidade
- Realizar encontros pedagógicos nas comunidades para um redimensionamento dos projetos e diretrizes das escolas com vistas a implementação de Projetos Políticos Pedagógicos indígenas.
- Garantir a gestão da merenda pelas escolas indígenas, de acordo com as especificidades de cada uma.
- Criar uma Gerência de Educação Indígena na Secretaria de Educação do Estado.
- Garantir reestruturação da rede física das escolas.
- Realizar Oficinas de Políticas Públicas.

Encaminhamentos:

- Entrar com representação nos Ministérios Públicos Federal e Estadual sobre a situação da educação
- Entrar com representação no Conselho Tutelar e nos Conselhos Municipal e Estadual de Educação
- Entrar com representação no Conselho Estadual de Alimentação Escolar
- Realizar uma Reunião de Trabalho, na última semana de fevereiro de 2010, com todas as instituições vinculadas à educação indígena no RN (principais responsáveis: MEC, FUNAI, Secretaria Estadual de Educação e representantes indígenas)
- Realizar uma reunião de sensibilização e formação sobre educação escolar indígena, com a participação de representantes indígenas e da FUNAI/PB, ainda no mês de dezembro/09
- Representar junto ao Conselho estadual de educação para acompanhar o reconhecimento das escolas indígenas e para assegurar a vaga neste conselho de representantes indígenas
- Criar uma Organização de Professores Indígenas do RN.

Eleição de dois nomes – um titular e um suplente – para articuladores dos trabalhos da APOINME na micro-regional no RN: Os nomes eleitos foram:

Luís do Catu – coordenou os trabalhos de candidatura e eleição dos representantes: Thaise e Mazinho.

Taíse Michele Campos da Silva – recebeu 15 votos;

Osmar Jerônimo – recebeu 9 votos.

Abstenções: foram 02

Logo após a eleição Taíse agradeceu a todos pela escolha de seu nome como titular e falou da importância do fortalecimento das lutas em articulação com a APOINME.

Mazinho do Sagi também agradeceu a todos pela indicação e eleição de seu nome para articular o movimento indígena junto a APOINME.

Enceramento:

LULA – FUNAI- agradeceu a todos os presentes em nome da FUNAI pelo empenho de todos e falou do compromisso ao lado dos indígenas no RN que a FUNAI irá realizar de agora em diante.

MARCOS POTIGUARA - FUNAI - agradeceu a participação de todos, em especial agradeceu a Jussara Galhardo evidenciando e parabenizando seu trabalho no estado do RN com as comunidades indígenas e parabenizou também o desempenho do Grupo Paraupaba.

CLAUDECIR - Cal - vereadora Potiguara da Paraíba – também falou que a OPIP estará ao lado da luta dos indígenas no RN e parabeniza a todos os presentes pelo empenho e luta.

GUSTAVO – FUNAI – DF -

JUSSARA GALHARDO (GP) – parabenizou a todos pelo trabalho conjunto que resultou no sucesso da I AIRN. Parabenizou aos eleitos para articular a APOINME no RN: Taíse e Mazinho. E deixou claro que não há hierarquia, pois ambos trabalharão, ajudando um ao outro. Falou da importância do momento histórico que foi a AIRN e que eles estão escrevendo essa história – os delegados representantes das comunidades indígenas e todos os demais presentes.

LUCIANO (GP) – Parabenizou a todos os presentes e agradeceu o empenho de todos, em especial da equipe da FUNAI, Prof. Guga, Pajé Fatima e os Potiguara que vieram dar apoio à questão indígena no RN.